

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **APELAÇÃO CÍVEL**  
PROCESSO Nº: **0325530-5**  
APELANTE: **BANCO SANTANDER BRASIL S/A**  
APELADO: **FDA- FERRO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS**  
**LTDA ME**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**EMENTA:**

**PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. TÍTULO NÃO CAMBIAL. POSSIBILIDADE DE CÓPIA AUTENTICADA DO TÍTULO. APELAÇÃO. PROVIMENTO**

- Trata-se de recurso de apelação onde se busca a reforma do julgado que indeferiu a petição inicial, em razão da juntada de cópia do contrato de empréstimo executado no lugar do título original;
- Mostra-se exigível o título original tão somente quando a demanda executiva versar sobre títulos cambiais, a fim de obedecer aos ditames do princípio da cartularidade, além de comprovar que o título cambial está, efetivamente, na posse do exequente;
- Assim, considerando que a cópia do título executivo juntado aos autos é, inclusive, autenticada, não se faz necessária a apresentação do original para embasar o pleito executório;
- Recurso de apelação conhecido e provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0325530-5, figurando como Apelante a BANCO SANTANDER S/A e como Apelada, FDA – FERRO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME; **ACORDAM** os Desembargadores deste órgão fracionário, à unanimidade de votos, em conhecer e **DAR PROVIMENTO** ao recurso apelatório, reformando a decisão recorrida e devolvendo os autos à primeira instância para regular processamento da ação executória. Em conformidade com o Termo de Julgamento e voto do Relator, que revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Recife, 24 de abril de 2014.

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **APELAÇÃO CÍVEL**  
PROCESSO Nº: **0325530-5**  
APELANTE: **BANCO SANTANDER BRASIL S/A**  
APELADO: **FDA- FERRO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS**  
**LTDA ME**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**RELATÓRIO**

---

Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo BANCO SANTANDER BRASIL S/A, em face da sentença de fls. 39 da lavra do MM. Juiz da 10ª Vara Cível da Capital, nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, tombada sob o nº 0062808-10.2011.8.17.0001.

Após despacho para emenda da inicial, para juntada do título executivo extrajudicial original (fls. 29), o Douto Julgador proferiu sentença de extinção do processo, indeferindo a petição inicial, com fulcro nos artigos 295, VI e art. 267, I, ambos do CPC, fundamentando que o demandante não atendeu a determinação judicial, tendo acostado apenas cópia autenticada do título executivo e não o instrumento original.

Inconformado, o Apelante interpôs o presente recurso às fls. 42/56, arguindo como causa de pedir um *error in iudicando*, pugnando pela reforma integral da sentença.

Instada a contrarrazoar, a parte apelada não se pronunciou. Ademais, a relação jurídica ainda não se encontra triangularizada, tendo sido o processo extinto prematuramente com o indeferimento da petição inicial.

**É o relatório.**

Recife, 24 de abril de 2014.

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
Relator

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **APELAÇÃO CÍVEL**  
PROCESSO Nº: **0325530-5**  
APELANTE: **BANCO SANTANDER BRASIL S/A**  
APELADO: **FDA- FERRO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS**  
**LTDA ME**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**VOTO:**

*Ab initio*, concluiu esta Relatoria que estão presentes todos os pressupostos legais de admissibilidade do presente recurso, pelo que se passa ao seu mérito.

Da análise percuciente dos autos, conclui esta Relatoria que os argumentos trazidos no presente recurso pelo BANCO SANTANDER BRASIL S/A, merecem acolhimento, senão vejamos:

O cerne da questão recursal, em apertada síntese, gravita quanto a prescindibilidade da juntada do contrato de empréstimo original para a viabilidade do manejo executório em juízo.

Em breve sinopse fática, apresenta o recorrente uma ação de execução de título executivo extrajudicial, que tem por base um dito "Contrato de Empréstimo". Instado a emendar a inicial para apresentar o título original, o apelante colacionou a cópia autenticada do instrumento, culminando com a sentença de extinção do processo, pelo indeferimento da petição inicial.

Quanto à questão ora levantada, impende referir que se mostra exigível o original tão somente quando a demanda executiva versar sobre títulos cambiais. Assim, uma vez que versam os autos, sobre execução de contrato de empréstimo pessoal, desnecessária a juntada da peça originária.

Elucidando, deve-se diferenciar as execuções fundadas em títulos de créditos do art. 585, inciso I do CPC, das fundadas nos títulos do inciso II, do mesmo artigo, como na hipótese dos autos.

Em regra, quando se tratar de execução de título de crédito, torna-se obrigatória a juntada do título original, a fim de obedecer aos ditames do princípio da cartularidade, além de comprovar que o título cambial está, efetivamente, na posse do exeqüente.

Outrossim, conforme preceitua o art. 385 do Código de Processo Civil, "A cópia de documento particular tem o mesmo valor probante que o original, cabendo ao escrivão, intimadas as partes, proceder à conferência e certificar a conformidade entre a cópia e o original".

Nesse sentido, colacionam-se:



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXECUÇÃO. POSSÍVEL A INSTRUÇÃO DA EXECUÇÃO COM CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO TÍTULO ORIGINAL. RECURSO PROVIDO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70034895862, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Julgado em 27/04/2010)

Agravado de Instrumento. Negócios jurídicos bancários. Execução. Possível a instrução da execução com cópia autenticada do contrato de empréstimo. Desnecessidade de apresentação do título original. Recurso provido em decisão monocrática. (Agravado de Instrumento Nº 70028215309, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 30/01/2009).

Assim, considerando que a cópia do título executivo juntado aos autos é, inclusive, autenticada, não se faz necessária a apresentação do original para embasar o pleito executório.

Dessa maneira, por todas as razões acima defendidas, a reforma da sentença se impõe, devendo os autos retornar à primeira instância para processamento da ação de execução.

Em face do exposto, voto pelo **PROVIMENTO** do apelo, com o fim de **REFORMAR** a decisão recorrida e devolver os autos à primeira instância para regular processamento da ação executória.

É como voto Srs. Desembargadores.

Publique-se. Intime-se.

Recife, 24 de abril de 2014.

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
Relator-